



Risco

02/12/2015

Talvez nunca tenha sido mais importante introjetar uma verdade intransponível: as condições sociais e econômicas em que viveremos amanhã serão as que estamos construindo hoje.

Mais do que nunca, o nosso futuro está contido na nossa capacidade de manobrar o presente. As perspectivas não são nada animadoras porque salta aos olhos a perda de protagonismo da presidente.

É cada vez mais evidente que as dificuldades econômicas de hoje foram gestadas há três anos, em 2012.

Depois de uma excelente administração em 2011, o governo reagiu à ameaça da queda do PIB mundial, com um exagerado ativismo voluntarista bem-intencionado, mas que insistiu em ignorar a nossa realidade.

Um intervencionismo sem sólido fundamento e conhecimento em vários setores: eletricidade, portos, ferrovias etc.; a redução arbitrária da taxa de juros real; a fixação de taxas de retorno irrealistas nas concessões de infraestrutura na busca da "modicidade tarifária" e o controle da taxa de câmbio e dos preços administrados para esconder a inflação, resultaram no oposto do que se desejava.

Assustaram os investidores, inibiram a produção industrial e reduziram o crescimento. Deixaram uma inflação "reprimida" e um substancial deficit fiscal, que se está tentando corrigir em 2015.

O que aconteceu ao Brasil no triênio 2013-15? O crescimento do PIB foi nulo, contra um crescimento da economia mundial de quase 10% no mesmo período!

O resultado é muito ruim mesmo quando comparamos com nossos parceiros latino-americanos cujas condições são mais parecidas com as nossas: Argentina, 3,4%; Chile, 9%; Colômbia, 12%; México, 6% e Peru, 11%.

Ao longo desse período um processo destrutivo auto alimentado – dificuldade econômica que cria problema político, que piora a dificuldade econômica...– levou ao paroxismo a disfuncionalidade da nossa organização política.

Hoje a "base" do Executivo na Câmara é constituída por dez Partidos, que somam 324 deputados. Pois bem. Nem os partidos têm fidelidade ao governo nem os seus membros lhes têm a menor fidelidade.

Isso se mediu na aceitação do correto veto de Dilma ao aumento salarial do Poder Judiciário, cuja rejeição seria um completo desastre fiscal.

Dos 324 deputados da "base potencial", o Executivo pode contar, apenas, com cerca de 120/ 140, dependendo da natureza do projeto. A recente reforma ministerial não parece ter superado o problema.

No fim do dia, essa desintegração política atrasou a aprovação do projeto que estabelece o novo deficit primário, o que pôs em grave risco o mandato da presidente.

Por Delfim Netto

Publicado em

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2015/12/1713761-risco.shtml>